

## RESCALDO DA BADERNA DO PAÇO \*

Ary Guimarães

No momento em que nos voltamos para a laboriosa feitura da futura Carta Magna brasileira, um dado histórico é assustador: nossas constituições Republicanas duraram, em média, apenas 16 anos. Um período quase de completa anarquia constitucional, se lembrarmos que essas leis têm, por definição, vocação de permanência bem maior que a das leis comuns. Enquanto isso, nosso Código Civil é ainda da primeira República, embora já largamente emendado. E desde o governo Jânio Quadros se luta para substituí-lo, sem que chegássemos a uma solução. E comparamos com o Código Civil quando poderíamos ter feito o “símile” com praticamente todas as leis brasileiras fundamentais: em geral, duram elas muito mais de um lustro, que é a vida útil das constituições brasileiras.

Na verdade, há vários cálculos que poderíamos fazer, e todos e nos levam a vida curta das nossas constituições. Isto porque chegamos a 16 anos dividindo o período entre a data da primeira constituição Republicana, 1891, e a data atual, quando obtemos 96 anos. Total esse que dividimos pelas seis constituições que tivemos no período, contando – como fazem ilustres constitucionalistas, quase na unanimidade – a Carta atual como de 1969, e não de 1967, pois a formalmente emenda nº 1 se caracteriza pela forma e pela substância, em verdadeira Constituição nova.

Mas, dessas constituições, três correspondendo às de 1937, 67 e 69 foram cartas de períodos excepcionais, autoritários, todas três constituições outorgadas, a primeira das quais, como sabemos, com a singularidade de formalmente jamais ter entrado em vigor. Se, portanto quisermos investigar a duração das nossas constituições democráticas Republicanas, teremos que a de 1891 viveu por 39 anos, estabelecendo um recorde, embora um breve recorde de duração (de 1891 a 1930); a Constituição de 1934 foi golpeada logo aos três anos de vida; e a de 1946 durou, plenamente, até 1964, isto é, 18 anos – daí em diante, até 1967, foi ela atropelada pelo Poder Revolucionário, que ditava a real Carta do País, sobretudo através de seus atos institucionais. Temos assim, 60 anos ao todo e, portanto 20 anos de vida para cada constituição. O que também significa que tivemos 60 anos constitucionais contra 39 de regimes provisórios ou declaradamente autoritários. Um desempenho tristemente revelador de que passamos um terço de nossa vida dita Republicana (isto é, exatos 33 dos 99 anos de República) sob governos ditatoriais e autoritários.

Isso revela que, na verdade, jamais estivemos sob verdadeiro clima de normalidade, sob nossa República. Prova disso está em que, na primeira República, só um presidente governou sem decretar Estado de Sítio; na República de 1934, embora se tivesse conduzido à presidência o chefe da chamada Revolução de 30, que até então governara discricionariamente, nada vingou e o próprio Getúlio

\* Texto publicado no Jornal *A Tarde*, de 1º de julho de 1987.

se transformaria em ditador; enquanto Isso, durante a República de 1946, só um presidente civil terminou seu mandato (Juscelino). Os demais foram Getúlio, que se suicidou, Jânio, que renunciou, e Jango, que foi deposto.

Nesse mesmo período, nossa história viveu graves momentos de crise que se alternavam com calma aparente, permitida por uma nuvem que encobria a agitação dos quartéis, constantemente visitados pelos políticos que ali procuravam o poder que as urnas lhes tinham negado. Chegou-se a cunhar uma expressão para esses permanentes tramadores de golpes: eram eles “vivandeiras das portas dos quartéis”.

O momento atual invoca essas reminiscências pois se assemelha àqueles dias passados. Embora escrevendo-se uma Constituição, há muitos que na verdade pouco se importam com ela e já procuram impor-se pela força. Está aí, por exemplo, aqueles lamentabilíssimo episódios do Paço Imperial. Que lembram a baderna, há um ano atrás de Brasília, até hoje não elucidada. E que lembra, também, o episódio do Riocentro, todos eles, felizmente, frustrados.

Pouco importa que tenha sido cada um deles promovido pela direita ou pela esquerda. Foram, sobretudo, e definitivamente obra de quem não é democrata. Porque o regime de liberdade só pode sobreviver com o respeito às instituições. Quem promove tumulto e atira pedradas contra o presidente não quer a democracia: pelo contrário, mostra que deseja um golpe. E, sem dúvida, um golpe da direita, que é a única facção organizada e em condições de assaltar o poder no Brasil de hoje. O que significa que tais badernas só interessam ou à própria direita ou à ultra-esquerda, aqueles que vêem na democracia o regime mais resistente contra as revoluções.

Se isso fica dito, é preciso também que se comente o fato de que a reação governamental a esse acontecimento deve ser uma reação democrática. Afinal, não se espera hoje senão desfavor popular para com o presidente. É preciso lembrar que, se a concentração e as vaias foram certamente encenadas, a agressão física pode ter surgido do elemento incontrolável que há em todo movimento de massa. Mesmo porque se atentados a chefes de Estado fossem sempre ideológicos, não teriam sido assassinados três presidentes nos EUA e Reagan não teria sido ferido. Mas nem os assassinatos abalaram a democracia naquele país. É essa a lição que devemos aprender. Aprender e exercer firme vocação democrática: o momento é de reconstitucionalizar o País.